



REVISTA QUAESTIO IURIS

EDITORIAL PARA O VOL. 15-4 (2022)

Maurício Jorge Pereira da Mota

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8340543270360777> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9722-1330>

E-mail: mjmota1@gmail.com



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Rev. Quaestio Iuris., Rio de Janeiro, Vol. 15, N.04., 2022.

Maurício Jorge Pereira da Mota

DOI: [10.12957/rqi.2022.71944](https://doi.org/10.12957/rqi.2022.71944)

A Revista Quaestio Iuris, indexada na **Web of Science**, de periodicidade trimestral, nesse volume 15, número 04, 2022, tem o prazer de informar que os artigos “COLAÇO, Hian Silva; e RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. Merecimento de tutela na sociedade da informação: reedificando as fronteiras do direito civil. Revista Quaestio Iuris, vol. 10, n.º. 02, Rio de Janeiro, 2017. pp. 1125 -45” e “ARAÚJO, Valter Shuenquener de. Efeitos da inovação no direito administrativo brasileiro: queremos saber o que vão fazer com as novas invenções. Quaestio Iuris, vol.11, n. 3, Rio de Janeiro, 2018. pp. 1687-1703” foram citados no livro *Inteligência Artificial e aplicabilidade prática no direito*, editado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, sob a coordenação dos professores Valter Shuenquener de Araújo e Marcos Lívio Gomes, respectivamente nas páginas 54 e 55 do livro.

A Revista tem ainda o prazer de publicar nesse número 21 (vinte e um) artigos inéditos, sendo 07 artigos de professores estrangeiros: “*Una mirada dogmática a la pesca ilegal en la costa Yucateca*”; “*Análisis comparativo de la protección diplomática, a la luz del derecho internacional como responsabilidad internacional del Estado. El derecho de protección internacional de los derechos humanos*”; “*El parecer de Juan de Mariana sobre la tiranía en el Nuevo Mundo*”; “*La segregación laboral de las mujeres como caso judicial*”; “*Defensa pública y estructura social. Convenciones y compromisos hacia el interior de la justicia penal*”; “*Sustentabilidad y acciones comunitarias: Otra mirada sobre la vejez en el espacio rural de México*” e “*Lo inútil del derecho*”

Publicamos também em nossa Seção Monografias um estudo denominado “*Crimes cibernéticos, privacidade e cibersegurança*”, de Loreci Gottschalk Nolasco, Doutora em Biotecnologia e Biodiversidade (2016) pela Universidade Federal de Goiás. Mestre em Direito pela Universidade de Brasília (2002). Docente do Programa de Pós Graduação lato sensu em Direitos Difusos e Coletivos e da Graduação em Direito da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul; e de Bruno Dutra Maciel Silva, Pesquisador no Programa de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

A monografia analisa a temática da segurança informacional no Brasil, entendida como necessária para defesa de dados particulares diante do avanço da criminalidade virtual a partir do advento da internet. Pretende ainda, entender os avanços sediados pelo ordenamento jurídico brasileiro, ademais dos empenhos executivos e empresariais, no sentido de promover maior segurança jurídica na alçada de dados e informações.

Utilizando o método bibliográfico, através da literatura científica e documental, observa que a edificação de um novo meio ambiente integralmente virtual, deu origem a chamada sociedade da informação, a qual interliga globalmente sujeitos pela cibercultura e



pelo ciberespaço, sem limitações físicas, fatores responsáveis pela estruturação de circunstâncias até então não experimentadas pela humanidade e, conseqüentemente, pelo Direito.

A emergência de novos fatos e valores pessoais e institucionais relacionados à informação na sociedade contemporânea, tem exigido do Direito a adequação e/ou reconstrução de categorias jurídicas, a partir da equação constitucional, que é clara e aplicável a qualquer tipo de informação: o detentor da informação deve o máximo respeito à privacidade dos indivíduos e a máxima transparência dos atos que envolvam interesses públicos. Todavia, em relação à produção legislativa, é apontado um alargamento e uma desformalização dos procedimentos, quanto maior a complexidade e o risco apresentado pelas matérias a se normatizar.

Em nossa Seção Ensaio publicamos 04 (quatro) ensaios sendo dois sobre assuntos filosóficos do direito: *“O mal, o crime e a pena: a fundamentação moral da pena sob uma perspectiva histórica e filosófica”* e *“As bases sociológicas do pensamento de Léon Dehon e suas conexões com o constitucionalismo social”*.

Nesse número da Revista mantivemos nosso corpo de nossos pareceristas/avaliadores, de inúmeros Estados do país e professores estrangeiros, em um total de mais de 700 (setecentos) pareceristas avaliadores. Publicamos ainda, para consulta imediata dos leitores, os links dos diversos indexadores nacionais e internacionais de Revistas e periódicos onde nossa Revista Quaestio Iuris está indexada. Agradecemos, como sempre, a todos os leitores, autores, avaliadores e colaboradores pela colaboração e confiança e pelo sempre excelente trabalho realizado. Lembramos sempre que as submissões para a Revista Quaestio Iuris são permanentes e devem ser realizadas pelo sistema, diretamente na página da Revista.

Boa leitura a todos!

Mauricio Mota
Editor da Revista Quaestio Iuris



Sobre o autor:

Maurício Jorge Pereira da Mota

Graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1994), mestrado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1997) e doutorado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002). Atualmente é Professor do Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e Procurador do Estado - Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros - IAB. Editor Chefe da Revista Quaestio Iuris e da Revista de Direito da Cidade. Coordenador do Curso de Especialização em Advocacia Pública da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Membro do Fórum Permanente de Direito da Cidade da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ. Consultor da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Privado e Direito Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: boa-fé, contratos, proteção ao devedor, políticas públicas, direito ambiental e controle da administração pública.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8340543270360777> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9722-1330>

E-mail: mjmota1@gmail.com

